



As Compras Sustentáveis do Governo Federal: Uma Análise da Esplanada dos Ministérios

The Sustainable Procurement of the Brazilian Government: An Analysis of the Esplanada dos Ministérios

Fernanda da Rosa Becker^a

^aPesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP
Brasília, Distrito Federal, Brasil
fbecker@gvmail.br

Recebido em 02.2018

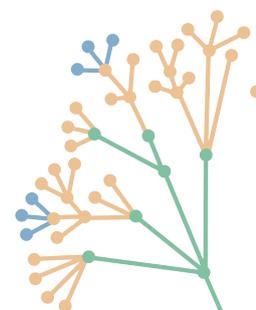
Aceito em 06.2018

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

O presente trabalho tem por foco os processos de compra realizados de 2012 a 2016 pelos Ministérios integrantes da Esplanada dos Ministérios. Um grande volume de dados é coletado por meio dos sites Comprasnet e Painel de Compras do Governo Federal. No entanto, pouco uso é feito dessas informações. Essa é a principal contribuição do presente trabalho: analisar a informação produzida de modo a evidenciar como as compras públicas têm sido (sub)utilizadas como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável. Verifica-se que a maior parte das compras com itens sustentáveis é referente a material de expediente (63%) e material de limpeza (14%). Há desconhecimento em vários níveis da possibilidade de itens sustentáveis a serem comprados, desde a existência do produto em si até a forma de especificar o pedido no edital, muitas vezes considerando análises de custo com base no valor presente e não no ciclo de vida. Dessa forma, são feitas recomendações para investimento em educação dos servidores para o desenvolvimento sustentável, divulgação de certificações/ eco etiquetas e de boas práticas para além do já realizado pelas escolas de governo.

Palavras-chave: Compras Sustentáveis, Esplanada dos Ministérios, Desenvolvimento Sustentável.



ABSTRACT

The present work aims to analyze the promotion of sustainable development through public procurements. In this sense, the purchases of sustainable items carried out by the ministries at Esplanada dos Ministérios from 2012 to 2016 was analysed.. Most of the purchases with sus-tainable items refer to office and cleaning material (63% and 14% respectively). There is a lack of knowledge at various levels of the existent sustainable items, from the existence of the product itself to the way of specifying the order in the bid, passing through an archaic view of cost analysis based on the present value. Even considering only the items purchased with sus-tainability criteria, there is no evidence of continuity in the acquisitions. It is recommended investment in education, dissemination of certifications / eco-labels, and good practices beyond what has been done by government schools.

Keywords: Public Sustainable Procurement, Ministries and Sustainable Development.

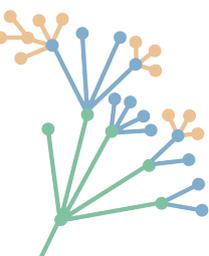
1 INTRODUÇÃO

Qual a relação entre um painel de energia solar instalado pelo governo brasileiro e a poluição na China? A aquisição de copos descartáveis possui menor valor ao se comparar à aquisição de uma caneca de bambu, mas quantos copos são utilizados por ano em um Ministério? Uma caneca por funcionário não substituiria? Como é o descarte? O papel branco é “mais bonito” que o reciclado, mas quantas árvores foram derrubadas para produzi-lo? Quanto se gera de consumo e renda comprando alimentos oriundos de agricultura familiar?

O consumo sustentável integra os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM 12) da Organização das Nações Unidas- ONU. As metas incluem a redução do desperdício de alimentos per capita mundial; o alcance do manejo ambientalmente saudável de produtos químicos; a redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; o incentivo às empresas a adotar práticas sustentáveis e a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

Comprar um painel de energia solar pode ser uma boa iniciativa, mas a maioria dos utilizados no país são produzidos na China com uso de carvão. O conceito de ciclo de vida e a noção de desenvolvimento sustentável se tornam cada vez mais fundamentais na hora de comprar um determinado produto. É um olhar ampliado que vai desde sua fabricação até o seu consumo/descarte.

O Desenvolvimento Sustentável integra economia, sociedade e meio ambiente. É a noção de que o crescimento econômico deve ser associado à inclusão social e à proteção ambiental (BRUNTLAND, 1987). Nesse sentido, o recém-aprovado documento “Transformando o Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento



Sustentável” estabelece, entre outros pontos, que governos, organizações internacionais, setor empresarial e outros atores devem contribuir para a mudança de padrões de consumo e produção não sustentáveis, inclusive via mobilização, de todas as fontes, de assistência financeira e técnica para fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação dos países em desenvolvimento a fim de avançar rumo a padrões mais sustentáveis de consumo e produção. (ONU, 2016).

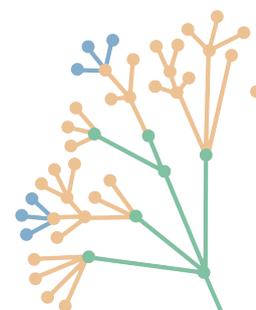
Aquisições públicas podem ajudar a criar um grande mercado para produtos mais sustentáveis, aumentando as margens de lucro dos produtores por meio de economias de escala e reduzindo seus riscos. O Estado, enquanto grande consumidor deve dar o exemplo, sensibilizando tanto consumidores como produtores em relação as questões ambientais e sociais associadas às diversas formas de produção, por meio da seleção fornecedores com ética e boas práticas em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, as compras governamentais movimentam cerca de 15% do PIB e influenciam diretamente setores importantes da economia que se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação. Bidermann et al (2008) consideram o edital de licitação como uma ferramenta importante e eficiente de promoção do desenvolvimento na esfera pública, com repercussão direta na iniciativa privada. Nesse sentido, pequenos ajustes nas licitações podem determinar grandes mudanças na direção do uso racional e sustentável dos recursos.

É possível encontrar licitações verdes em diversos órgãos públicos, mas o que vem sendo demandado? Como se especifica no edital? Como se faz a opção por um produto menos danoso ao meio ambiente? Essas são algumas questões que o estudo procura responder.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a promoção do desenvolvimento sustentável por meio das compras públicas. O governo é o grande comprador do mercado e entender como tem feito suas escolhas e o que tem sinalizado em termos de consumo sustentável é de grande relevância. Atualmente, um grande volume de dados é disponibilizado por meio dos sites Comprasnet e Painel de Compras do Governo Federal. No entanto, pouco uso é feito dessas informações. Essa é a principal contribuição do trabalho: analisar a informação produzida de modo a evidenciar como as compras públicas têm sido (sub)utilizadas como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a análise tem por foco as compras realizadas no período de 2012 a 2016 pelos Ministérios integrantes da Esplanada dos Ministérios em Brasília, a fim de verificar o mecanismo de promoção (ou não) do desenvolvimento sustentável e responder a seguinte pergunta: as compras no âmbito da Esplanada dos Ministérios promovem o desenvolvimento sustentável? Em caso positivo, como se deu essa promoção no período em análise?



2. AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

De acordo com a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), as compras públicas compreendem três aspectos principais: a utilidade pública; o caráter administrativo e o econômico, os quais devem convergir em um único fim: satisfazer as necessidades sociais mediante o uso eficiente e transparente dos recursos do Estado. É por meio do gasto público que os governos implementam as políticas públicas e os planos de desenvolvimento; estimulam a demanda agregada, o crescimento econômico e o nível de emprego.

Os países europeus, em conjunto, têm 21,6% do PIB ligado às compras públicas, a maior participação do mundo. O conjunto dos BRICS¹ possui 17,59%, similar a média mundial de 17,87% (SELA,2014). Ao considerar a América Latina e o Caribe, as compras públicas compreendem entre 10 e 15% do gasto público regional. (SELA,2014).

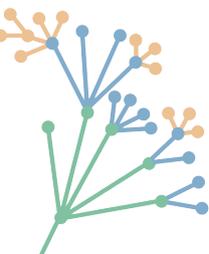
No Brasil, as compras governamentais movimentam cerca de 15% do PIB e influenciam diretamente setores importantes da economia que se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação (SOUZA et al, 2015).

No âmbito federal, o Projeto Esplanada Sustentável – PES, instituído pela Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS nº 244, de 6 de junho de 2012, integra as ações constantes nos seguintes programas: Programa de Eficiência do Gasto – PEG; Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e a Coleta Seletiva Solidária. É uma iniciativa conjunta de diversos órgãos da Administração Direta no sentido de adequar a gestão organizacional e de processos por meio da implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

Alguns produtos podem ser considerados sustentáveis por gerar menos perdas, por serem recicláveis ou mais duráveis. Outros porque contêm menos substâncias prejudiciais ou tóxicas ou porque o processo de sua geração consome menos energia (SEBRAE, 2015).

O SEBRAE (2015) define produto sustentável como aquele que apresenta o melhor desempenho ambiental ao longo de seu ciclo de vida, com função, qualidade e nível de satisfação igual ou melhor, se comparado com um produto-padrão. Nesse sentido, todos os impactos e custos de um produto durante seu ciclo de vida (produção, distribuição, uso e disposição) precisam ser considerados ao se tomar decisões de compras. A oferta economicamente mais vantajosa deve ser determinada com base nos custos econômicos e ambientais totais causados pelo

1 O termo BRICS faz referência a Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. São países em desenvolvimento com características comuns, juntos conseguem maior participação no cenário político e econômico internacional por meio da defesa de interesses comuns. Mais informações em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>



produto durante toda sua vida (OCDE, 2012).

Um obstáculo para a compra de produtos sustentáveis é a falta de conhecimento do comprador para avaliar as características de um produto específico e reconhecer as vanta-gens existentes em relação aos demais. As alternativas mais citadas na literatura são a consulta aos selos verdes, a análise do Ciclo de Vida e a certificação de empresas pela norma ISO 14001 (SOUZA e OLIVERO, 2010; De VRIES et all, 2012). Ecoetiquetas ou selos verdes permitem aos consumidores tomar decisões informadas sobre a origem do produto ou serviço, seus efeitos e possíveis impactos, facilitando a opção por produtos mais sustentáveis sob o ponto de vista ambiental (Biderman et all, 2008).

Moura (2013) indica também o obstáculo da restrição à competitividade e de uma possível oferta insuficiente. Argumenta que os critérios de sustentabilidade podem ser uma barreira de entrada nos processos licitatórios, restringindo a oportunidade de participação uma vez que produtos verdes se baseiam em normas inovadoras. Desta forma, a autora ressalta a importância de se conhecer o que está disponível no mercado de modo a não frustrar a competição e não obter oferta insuficiente. Uma possível estratégia seria sinalizar ao mercado o que se pretende adquirir futuramente, para que o mesmo se reorganize de modo a atender a demanda ou, ainda, lançar novos produtos com os atributos desejáveis.

Cader & Barki (2012) analisam a opção de compras públicas sustentáveis efetuadas de forma compartilhada de modo a acarretar ganho de escala e reduzir o valor dos produtos. Os autores analisaram uma compra compartilhada com a participação do Jardim Botânico - RJ, da Fiocruz, do Inpi, do Ministério da Fazenda/Receita Federal, da Inspeção da Receita Federal de Macaé, do Ministério da Educação/UFPE, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente. O JBRJ sozinho compraria a quantidade de 100 mil itens, e, com os órgãos participantes, a compra chegou a quase 800 mil, com uma economia de aproximadamente 50% na compra, pelo fato de ter sido compartilhada. Desse modo, foi possível realizar uma compra ambientalmente correta e economicamente eficiente.

No que concerne à administração pública, a legislação vigente incentiva as compras públicas sustentáveis. Buscar produtos de menor impacto ambiental representa a possibilidade de uma contratação mais vantajosa, mesmo que não seja o menor preço disponível no mercado quando comparado com produtos similares. O menor impacto ambiental é um atributo fundamental para atender ao interesse público da preservação do meio ambiente, um dos objetivos maiores da atuação do Estado estabelecido no art. 225 da Constituição Federal.

São produtos que mesmo com um maior custo inicial, são mais vantajosos no longo prazo, uma vez que reduzem os gastos com danos ambientais, têm maior durabilidade, menor consumo de energia, incentivam a produção, abrem novos mercados, geram empregos verdes, renda e aumentam a arrecadação tributária.

No setor público, todas as ações precisam ter respaldo legal. Nesse sentido, o



De-creto 7.746/2012 regulamenta o Artigo 3º da Lei nº 8.666/93, estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. O Artigo 5º determina que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes podem exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. Além disso, o Artigo 8º estabelece que a comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

A possibilidade de compras sustentáveis não se esgota na aquisição de bens. O Artigo 6º determina que as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia devem ser elaboradas, nos termos da Lei nº 8.666/93, de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

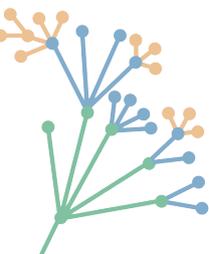
Além do citado decreto, a instrução normativa IN nº1 de janeiro de 2010 indica que o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade. A IN estabelece ainda que as licitações que utilizem como critério de julgamento o tipo melhor técnica ou técnica e preço deverão ter estabelecidos no edital critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas.

Logo, as contratações públicas sustentáveis podem abranger, por exemplo, a aquisição de computadores verdes, mobiliário de madeira certificada, papel reciclável, material de escritório de plástico reciclável, transporte público movido a energia mais limpa, automóveis bicompostíveis, alimentos orgânicos, eletricidade de fontes de energia renováveis, sistemas de ar condicionado econômicos, bem como a contratação de edifícios energeticamente eficientes.

3. AS COMPRAS SUSTENTÁVEIS DO GOVERNO FEDERAL NO ÂMBITO DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Todos os processos de compras públicas precisam obedecer ao princípio da publicidade de modo que são informações públicas. No caso dos órgãos federais todos os dados referentes às licitações dos últimos cinco anos estão disponíveis nos portais federais Compras-net e Painel de Compras do Governo Federal.

O presente estudo utiliza dados secundários coletados nos portais governamentais citados. É uma investigação de caráter exploratório e explicativo uma vez que busca analisar os processos de compras e explicar a sua relação (ou não) com



a promoção do desenvolvimento sustentável. A abordagem é quantitativa e em relação aos procedimentos se caracteriza como documental e bibliográfica. Documental por envolver a análise de documentos oficiais como editais de licitação e contratos; bibliográfica por realizar análise da bibliografia da área em nível nacional e internacional.

No período considerado, o conjunto de Ministérios integrantes do Painel de Compras do Governo Federal realizou 40.567 processos de compras por meio de suas unidades gestoras do Distrito Federal com um valor total de R\$ 84.820.870.439,59. Do total de processos, apenas 193 englobaram itens sustentáveis, um valor total de R\$ 18.407.106, 22. Em síntese, ao considerar a totalidade dos processos de compra dos últimos cinco anos apenas 0,48% buscam diretamente contribuir para o crescimento sustentável.

É possível que esse número seja maior uma vez que o critério utilizado para classificar um processo de compra como sustentável nesse estudo é a classificação no painel de compras do Governo Federal como sustentável. No entanto, nem todos os processos envolvendo itens sustentáveis são registrados dessa forma no momento da licitação, o que reduz o total encontrado e constitui uma limitação da análise.

Ao analisar os 193 processos, verifica-se que compreenderam 1330 itens. Em relação à modalidade de compra, 161 processos ocorreram por meio de pregão e 32 por meio de dispensa de licitação. Apenas 0,52% desses processos contaram com margem de preferência na licitação e 93,26% obtiveram a participação de micro e pequenas empresas. Todos os processos se referem à aquisição de materiais, portanto, não há registro de serviços sustentáveis. Essa informação provavelmente está relacionada à questão do registro como processo sustentável na base de dados e não a inexistência de contratações com critérios de sustentabilidade.

O que se observa é a queda do número de processos de compras com itens sustentáveis de 2013 a 2016. O aumento no período de 2012 a 2013 coincide com o programa Es-planada Sustentável, podendo ser um indicador da efetividade dessa iniciativa. Os processos serão analisados ano a ano com objetivo de identificá-los por Ministério e classificar o tipo de item adquirido por meio deles.

O Gráfico 2 apresenta o valor total desses processos de compras por exercício. Verifica-se um crescimento grande do valor, em especial no exercício referente ao ano de 2015. Em seguida, o menor valor do período no exercício de 2016.

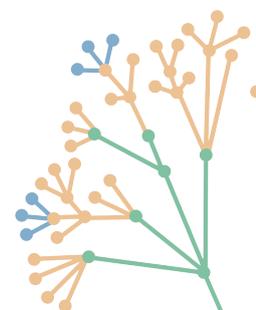
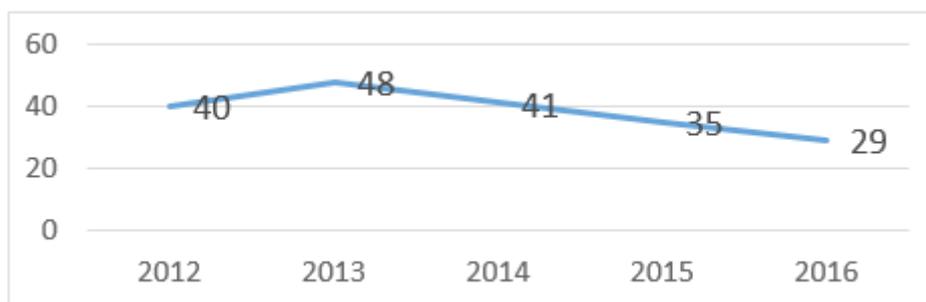


Gráfico 1 – Total de Processos de Compras com Itens Sustentáveis por Exercício

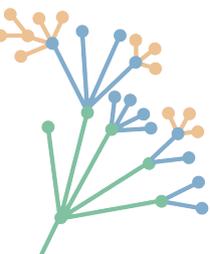


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Painel de Compras do Governo Federal, 2017

Gráfico 2 – Valor Total das Compras por Exercício (milhões de Reais)

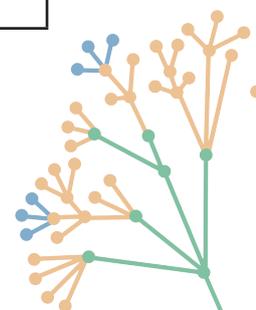


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Painel de Compras do Governo Federal, 2017



Quadro 1 – Processos de Compra por Origem e por Exercício

Órgão	Compras Sustentáveis 2012	Compras Sustentáveis 2013	Compras Sustentáveis 2014	Compras Sustentáveis 2015	Compras Sustentáveis 2016
MINIST. DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	0	1	1	1	0
MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1	1	2	1	1
MINISTERIO DA CULTURA	1	0	1	1	0
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO	0	1	1	0	1
MINISTERIO DA FAZENDA	3	5	4	0	2
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	1	0	1	0	1
MINISTERIO DA JUSTICA	4	6	2	1	1
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	1	1	1	1	0
MINISTERIO DA SAÚDE	1	2	3	4	1
MINISTERIO DAS CIDADES	0	0	0	1	1
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES	1	1	2	2	0
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	5	1	3	2	3
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	1	1	2	1	1
MINISTERIO DA DEFESA	15	11	8	11	10
MINISTERIO DO DESENV, IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	0	1	2	1	0
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	0	3	0	0	0
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL	1	0	2	1	3
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	2	10	2	2	1



MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, DESENV. E GESTÃO	0	0	2	0	2
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	2	0	2	3	1
MINISTERIO DO TURISMO	0	1	0	0	0
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	0	2	0	1	0

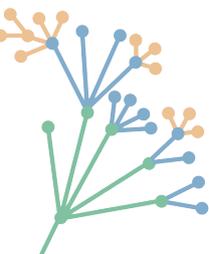
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Painel de Compras do Governo Federal, 2017.

O Quadro 1 apresenta as informações dos processos de compras por exercício e por origem de modo a identificar os Ministérios e a evolução das compras sustentáveis na Es-planada dos Ministérios. Não há uma regularidade nos diferentes Ministérios ao longo dos anos, sendo o Ministério da Defesa o órgão com maior número de processos de compras envolvendo itens sustentáveis e com maior regularidade no período.

Como citado anteriormente, esses processos de compras envolveram 1330 itens classificados como sustentáveis. O Quadro 2 apresenta a classificação desses itens em função de sua especificação.

Quadro 2 – Classificação dos Itens

Classificação do Item	Frequência
ARTIGOS DE HIGIENE	13
CONDUTORES ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA	30
EQUIPAMENTO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE AQUECIMENTO	3
EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E LÂMPADAS	1
EQUIPAMENTOS E ARTIGOS PARA USO MÉDICO, DENTÁRIO E VETERINÁRIO	8
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LIMPEZA	192
EQUIPAMENTOS PARA PREPARAR E SERVIR ALIMENTOS	19
EQUIPAMENTO PARA PROCESSAMENTO DE DADOS	60
EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO, AR CONDICIONADO E CIRCULAÇÃO DE AR	45
MATERIAIS MANUFATURADOS, NÃO METÁLICOS	34
MOBILIÁRIOS	1
PINCÉIS, TINTAS, VEDANTES E ADESIVOS	4

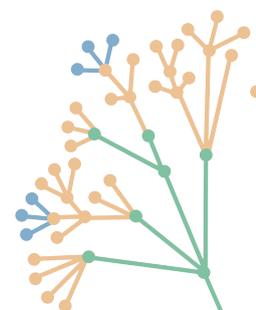


RECIPIENTES E MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	25
SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS QUÍMICOS	35
UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO E MATERIAL DE EXPEDIENTE	839
UTENSÍLIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO E COMERCIAL	18
VEÍCULOS	3
TOTAL DE ITENS	1330

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Comprasnet, 2017

Conforme exposto no Quadro 2, a maior parte das compras com itens sustentáveis é referente a material de expediente (63%) e material de limpeza (14%). Ao se verificar a especificação desses itens, identifica-se que o que se pede em geral sob a classificação de material de expediente sustentável são produtos de material reciclado tais como papel reciclado e plástico reciclado. No tocante a material de limpeza, a maior parte se refere a sabão (várias formas) e detergente biodegradáveis. Os equipamentos de refrigeração têm na especificação a requisição do selo Procel de eficiência energética e a maior parte dos equipamentos para processamento de dados se refere a cartuchos de impressora reciclados.

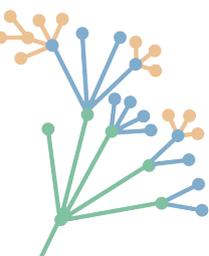
Em relação aos fornecedores, a grande maioria são empresas de micro e pequeno porte. Esse padrão se mantém estável em todo o período, sendo essas empresas responsáveis pelo fornecimento de 85% dos itens sustentáveis listados. Essas empresas geralmente são mais intensivas em mão de obra, portanto, geram empregos promovendo sustentabilidade e desenvolvimento.



Quadro 3 - Síntese da Análise

Problema da pesquisa	Ponto(s) forte(s)	Ponto(s) fraco(s)	Justificativa
<p>As compras públicas no âmbito da Esplanada dos Ministérios promovem o desenvolvimento sustentável? Em caso positivo, como se deu essa promoção nos últimos cinco anos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de Compras com exigências de sustentabilidade. - Programa Esplanada Sustentável. - Grande parte das compras sustentáveis serem originárias de micro e pequenas empresas. - Especificação em edital de selos e ecoetiquetas para a aquisição de produtos. - Existência de legislação embasando as compras sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - A participação de itens sustentáveis em relação ao total de itens comprados ainda é muito baixa. - A não continuidade de compras sustentáveis no mesmo órgão. - A maior parte dos itens se classifica como material de expediente, em especial produtos com papel e plástico recicláveis. - Alguns editais ainda enfrentam problemas de fiscalização em razão da forma de especificação do item. 	<p>Há desconhecimento da imensa possibilidade de itens sustentáveis a serem comprados. Esse desconhecimento se dá em vários níveis, desde a existência do produto em si até a forma de especificar o pedido no edital, muitas vezes incluindo análise de custo com base no valor presente e não no ciclo de vida.</p> <p>O fato de a maior parte do que se compra com critérios de sustentabilidade estar ligado a produtos de expediente, evidencia que ainda se tem uma visão muito limitada em relação as possibilidades a serem exploradas e, mesmo considerando apenas esses itens, não há evidência de continuidade nas aquisições, são esporádicas.</p>

Fonte: Autora, 2017.



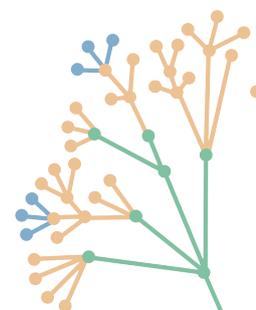
A análise dos dados coletados indica que há preocupação com o desenvolvimento sustentável, mas ainda em escala reduzida ao se considerar as compras realizadas nos últimos cinco exercícios fiscais dos Ministérios da Esplanada dos Ministérios.

4. RECOMENDAÇÕES

Algumas ações podem ser pensadas no sentido de aumentar as compras de produtos sustentáveis por parte do governo federal. Destaca-se a implementação de Programas de Incentivo, Plataformas de Promoção de Itens Sustentáveis e Boas Práticas em Compras Sustentáveis (como a já existente no Comprasnet), Seminários, Educação para Sustentabilidade em larga escala, ampla formação e informação. Há um esforço nesse sentido, publicações como o Guia de Compras Públicas Sustentáveis para a Administração Federal (MPOG, 2013), o Manual Implementando Licitações Sustentáveis (AGU, 2013) e o Manual para Etiquetagem de Edificações Públicas (Eletrobrás, 2014) demonstram isso. No tocante a educação e informação, a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e a Escola de Administração Fazendária –ESAF têm ofertado cursos e seminários de compras sustentáveis. Há um claro incentivo a essa prática por parte das escolas de governo.

No entanto, a produção de materiais e a oferta de formação precisa alcançar as equipes de licitação, os setores demandantes e fazer a diferença no momento da aquisição. Uma possibilidade de maior efetividade desses esforços seria a divulgação diretamente no e-mail dos servidores, montagem de turmas por ministérios etc. Isso foi feito na introdução do Sistema Eletrônico de Informações – SEI do Governo. Certamente trará resultados mais efetivos.

A regulamentação de certificações e o incentivo a etiquetagem também é muito importante para que se obtenha parâmetro de escolha na seleção de itens a serem adquiridos. A etiquetagem de edifícios existe, mas é voluntária e muito pouco foi solicitado desde sua criação. Novamente a questão da informação se faz necessária. Análises de ciclo de vida, a real inserção do interesse ambiental no interesse público no momento de análise de licitação e a educação para sustentabilidade possivelmente trarão compras menos danosas ao meio ambiente e que aos poucos se adequarão até mesmo ao critério econômico com o aumento do número de fornecedores, empregos verdes, ganho de escala da produção e com o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável.



Quadro 4 – Síntese das Recomendações

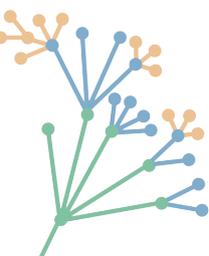
Problema da pesquisa	Pontos críticos	Ações recomendadas
As compras públicas no âmbito da Esplanada dos Ministérios promovem o desenvolvimento sustentável?	Falta de Conhecimento dos produtos existentes	Programas de Incentivo, Plataformas de Promoção de Itens Sustentáveis e Boas Práticas em Compras Sustentáveis (como a já existente no Comprasnet), Seminários, Educação para Sustentabilidade em larga escala, ampla formação e informação.
	Custo Inicial mais Elevado de produtos sustentáveis	A avaliação econômica deve levar em consideração o ciclo de vida do produto e seu impacto ambiental desde a fabricação até o descarte.
	Falta /Desconhecimento de certificações para a escolha de produtos menos danosos ao meio ambiente.	Na maioria das vezes não há tempo hábil e nem conhecimento para a uma análise de ciclo de vida pela equipe de licitação/setor demandante. Recomenda-se um maior número de certificações e uma maior gama de produtos avaliados pelas já existentes. Dar conhecimento e divulgar as certificações já existentes de modo a integrá-las aos editais de licitação.

Fonte: Autora, 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal contribuição analisar a informação produzida de modo a evidenciar como as compras públicas têm sido (sub)utilizadas como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável.

Como exposto, a inserção da questão ambiental no âmbito das escolhas a serem



re-alizadas no momento das aquisições dos Ministérios ainda está longe de ser uma realidade. A análise feita identifica um grande avanço, tanto em termos de legislação quanto em termos de incentivo, formações e publicações, mas na prática pouco se tem de resultado.

As compras que incluem itens sustentáveis não chegam a 1% do que se consome na Esplanada dos Ministérios. E quando se comprar, a maioria ainda se concentra em material de expediente e de limpeza. Mesmo ao analisar somente esses itens não há continuidade nas compras com especificações de sustentabilidade, o que indica que é mais uma questão do de-mandante do que uma diretriz dos Ministérios.

A mudança de cultura, a incorporação de análises de ciclo de vida e o reconhecimento e exigência de etiquetas são requisitos para que as compras públicas se tornem um mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável. Espera-se que exista vontade política para que se fortaleçam as iniciativas existentes, se formem equipes conscientes e se tenha não somente uma Esplanada dos Ministérios como um Brasil mais verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGU. Manual Implementando Licitações Sustentáveis. 2013 Disponível em:

<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/28095669> Acesso em 4 maio 2017

BIDERMAN, R. et al (orgs). Guia de compras públicas sustentáveis: Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

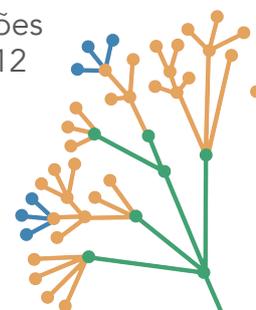
BRASIL. Decreto-Lei 7.746/2012. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso:

BRASIL. Lei 8.666/1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso em 19 abr.2017

BRUNTLAND, G. (editor). Our Common Future: the World Commission on Environment and development. Oxford University Press 1987

CADER, R E BARKI, T. Compras Públicas Compartilhadas: a Prática das Licitações Sustentáveis. In: Revista do Serviço Público Brasília 63 (2): 157-175 abr/jun 2012



DE VRIES, H. J.; BAYRAMOGLU, D. K.; VAN DER WIELE, T. Business and environmental impact of ISO 14001. *Int. Journal Quality & Reliability Manag.*, v. 29, n. 4, p.425 – 435, 2012.

ELETROBRÁS. Manual para Etiquetagem de Edificações Públicas. 2014. Disponível em: <http://189.9.150.57/assets/conteudo/midias/manualetiquetedificpublicas20141010.pdf> Acesso em 4 de maio de 2017

MOURA, A. As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil. In: Boletim Regional Urbano e Ambiental IPEA n.7 pág 23-34 jan-jun 2013

OCDE. Towards Green Growth. 2011. Disponível em:

<<http://www.oecd.org/greengrowth/48536946.pdf>>. Acesso em 19 abr.2017

ONU. Transformando o Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2016 Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em 19 abr.2017

SEBRAE. O que é um produto sustentável? 2015. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-um-produto-sustentavel,5775438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 19/04/2017

SELA. Las compras públicas como herramientas de desarrollo en América Latina Y el Caribe. 2014 .

Disponível em:<<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14876.pdf> >.

Acesso em 18 mar.2017

SOUZA, M. E OLIVERO, S. Compras Públicas Sustentáveis: um Estudo da Incorporação de Critérios Socioambientais nas Licitações do Governo do Estado de São Paulo. IN: Anais do XXXIV Encontro da Anpad. Rio de Janeiro 2010

SOUZA, W. et all. O Poder de Compra em prol do Desenvolvimento Regional: as Micro e Pequena Empresas nas Compras Governamentais de Minas Gerais. 2015. Disponível em:

<<http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1296/1/O%20PODER%20DE%20COMPRA%20EM%20PROL%20DO.pdf> >. Acesso em 19 abr.2017

